

- EDITORIAL -

O PAPEL DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO COMO CAMPOS DE ESTENSÃO UNIVERSITÁRIA

 **Gláucia Dias da Costa [Editora-chefe]**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5920-5970>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Contato: glaucia.costa@gmail.com

 **Fernanda Müller**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8349-6915>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Contato: f.muller@ufsc.br

 **George Luiz França**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2974-7215>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Contato: francalgeorge@gmail.com

 **Lara Duarte Souto-Maior**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8950-734X>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Contato: lara.duarte@ufsc.br

 **Leomar Tiradentes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7258-7926>

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

Contato: leotiradentes@yahoo.com.br

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) prevê diversas atribuições ao ensino superior, dentre as quais destacamos a atuação na universalização e aprimoramento da educação básica. Segundo a LDB, é papel das universidades públicas brasileiras trabalharem para o desenvolvimento da educação básica

seja mediante a formação e capacitação de profissionais que atuam nessa área, seja através do fomento de pesquisas no campo da educação que visem a melhor qualidade do ensino no país. De modo categórico, a lei ainda indica que é papel da universidade o “desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem dos dois níveis escolares” – educação superior e educação básica. Embora a LDB sinalize que a articulação entre universidade e sociedade deva se dar também no espaço escolar, ela não diz como exatamente essa articulação deve ser feita. Coube, então, às universidades fazerem essa reflexão e apresentarem propostas à sociedade.

Os debates a respeito da extensão universitária são antigos. Pelo menos desde a redemocratização as universidades vêm afirmando que a extensão não deve ser confundida com assistencialismo, nem como um “favor” que as instituições de ensino superior oferecem à sociedade. Naquele contexto, construiu-se o entendimento de que essa atividade deveria articular ensino e pesquisa e contribuir para organizar e assessorar os movimentos sociais e associações civis que então emergiam. O caráter social e político da extensão passou a ser reivindicado, assim como a compreensão de que ela era “uma parte indispensável do pensar e fazer universitário” (PNEU, 1999) e que, portanto, era necessário institucionalizá-la. Em 1999, representantes das universidades públicas organizaram o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU), que até hoje norteia as atividades dessa natureza nas instituições de ensino superior. Nele a extensão era concebida como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que a comunidade acadêmica encontrava na sociedade a oportunidade de colocar em prática o conhecimento acadêmico, estudantes e professores aprendiam com as inúmeras realidades sociais com as quais se relacionava. Segundo o documento, havia um propósito claro nesse contato com a sociedade promovido pela extensão:

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (PNEU, 1999)

Assim, aquilo que hoje conhecemos como extensão universitária, foi construído à luz do que havia sido proposto na LDB, em consonância com os debates sobre a função social da universidade pública. Não se tratava apenas de construir um plano que organizasse e fomentasse as inúmeras atividades que ocorriam nas instituições de ensino superior, para além do ensino e da pesquisa. O que estava em jogo era o fortalecimento institucional da universidade pública brasileira, vista então como um instrumento de mudança social, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. À esteira desse entendimento e atualizando os compromissos do Plano Nacional de Extensão Universitária, em 2012 o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) sistematizou a Política Nacional de Extensão Universitária – documento que aprimora e consolida o PNEU, reafirmando a importância das ações de extensão no ensino superior e o seu papel central na transformação da sociedade.

No entanto, junto com os avanços, vieram as ameaças. Se, por um lado, nas últimas décadas as políticas de transferência de renda e as ações afirmativas contribuíram para

democratizar o acesso ao ensino superior e ampliar as ações de extensão, por outro lado, a universidade pública vem sofrendo reiterados ataques, que colocam em risco a sua existência. Nesse contexto, qual a importância da extensão universitária? Em *A Universidade no Século XXI*, Boaventura de Sousa Santos (2004) afirma que diante dos avanços neoliberais sobre o ensino superior e das tentativas deslegitimar o papel formador das universidades, a extensão surge como uma peça fundamental, capaz de reconectar universidade pública à sociedade, transformando-a em um espaço pluridisciplinar de diálogo, resistência e emancipação.

Embora a história dos colégios de aplicação seja anterior ao debate acerca extensão acima citado, há em sua origem um propósito que se aproxima daquilo que conhecemos como extensão universitária. Originalmente chamados ginásios de aplicação, os colégios de aplicação foram criados a partir do Decreto nº 9.053, de 12 de março de 1946, que obrigava as faculdades de filosofia federais a manterem uma escola destinada à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática. Além de atenderem às demandas dos licenciandos das universidades, os colégios de aplicação deveriam servir com centros de pesquisas na área da Educação, fomentando a renovação das ideias e práticas pedagógicas, tal como ocorria nos *Teachers College*, nos Estados Unidos, e no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Ou seja, mesmo que de modo incipiente há na criação dos colégios de aplicação um gérmen daquilo que mais tarde chamaríamos de extensão universitária, visto que “ao praticarem, em suas classes, o saber adquirido na Faculdade, os alunos-mestres estariam aplicando as teorias pedagógicas à realidade escolar. (MEC, 2003, p.11)

Muita coisa mudou na formação de professores desde o decreto de 1946, que deu origem aos colégios de aplicação. Em 1962 aboliu-se a obrigatoriedade de que os cursos na área de educação criassem escolas de aplicação e instituiu-se o estágio supervisionado obrigatório. Por outro lado, os colégios de aplicação existentes passaram a ser entendidos como “centros de experimentação e demonstração”. Esse reposicionamento coincidiu com uma ampliação do número de instituições dessa natureza. Atualmente, são 24 colégios de aplicação vinculados a instituições de ensino superior federais. Embora já se tenha superado o paradigma de que o conhecimento é algo deva ser aplicado e que as práticas pedagógicas devam ser replicadas, os colégios de aplicação continuam sendo um espaço fundamental de formação docente, de pesquisa e de extensão universitária. Por isso, dedicamos a presente edição da *Revista Sobre Tudo* para refletir sobre o papel da extensão na educação básica. Na foto de capa, de autoria de Naiara Aline Chaves Zat, vemos uma aluna do curso de Odontologia da UFSC interagindo com estudantes dos anos iniciais do Colégio de Aplicação. Trata-se de um registro fotográfico da ação de extensão *Promoção da Saúde no Colégio de Aplicação da UFSC*, tema do artigo que abre este número – *A extensão universitária como dispositivo de ensino-aprendizagem: os 25 anos do projeto de extensão Promoção da Saúde no Colégio de Aplicação da UFSC*, de autoria da professora Carla Miranda Santana. A professora Carla também é responsável pela organização do memorial fotográfico *Odontologia UFSC: desde os anos 2000 promovendo saúde bucal no Colégio de Aplicação*, que encerra esta edição.

O presente número ainda conta com seis outros artigos, que de forma direta ou indireta abordam articulações possíveis entre a extensão universitária e a educação básica.

É o caso do texto *Contribuições das práticas de ensino supervisionadas para a formação docente reflexiva na licenciatura em letras: um relato de experiência no Programa de Residência Pedagógica*, de autoria Nicolly Ferreira Borges e Lucas Barbosa Pelissari. Ainda na esteira da articulação entre extensão e formação docente temos o artigo *Multiletramentos e multimodalidade no programa de residência pedagógica: Gênero discursivo tiras que circulam na mídia digital*, de autoria de Patrícia Maria da Silva, Viviane Cristina de Alencar Tomé, Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento e Anair Valênia. Embora o artigo *O uso de metodologias ativas no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental*, de autoria de Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo e Nicole Carvalho dos Santos Silva não trate diretamente de uma ação de extensão, ele parte da realidade escolar para o desenvolvimento de pesquisa no campo da educação, nesse sentido, é uma contribuição da relação educação básica e ensino superior.

Juventudes escolarizadas e suas percepções do espaço urbano: segurança pública, cidade es escola, de Gabriela Bispo dos Santos e Victor Hugo Nedel Oliveira, é resultado de uma pesquisa realizada com estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que investiga as percepções que os jovens têm em relação a cidade que moram. O estágio supervisionado obrigatório, outra ponte que aproxima universidade e educação básica, é a tema de três textos presentes nesta edição: *Compreendendo as Religiões de Matriz Africana: debate com alunos da EJA em Florianópolis*, Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia; *No interior do Amazonas: ensinar e aprender na convivência lúdica da pedagogia*, de Ronara Viana Cordovil e Mateus de Souza Duarte; e *Respeitável público, o circo chegou! Uma proposta metodológica de ensino e aprendizagem de Circo nos anos finais do Ensino Fundamental*, de Ana Paula Gomes Marques. Participação e cidadania nas escolas é o tema principal do artigo *Das normas à prática: a escolha dos gestores escolares nas escolas públicas estaduais do Brasil*, resultado da pesquisa de Augusto Schwager de Carvalho e Adriana da Silva Lisboa Tomaz. Por fim, este número encerra com o belo ensaio *Amor e ensino: uma proposta de aplicação da Teoria das Cores do Amor na prática pedagógica*, de Ana Carolina Figueiredo Peixoto, que propõe uma educação estruturada a partir das necessidades emocionais e intelectuais dos estudantes. Desejamos a todas uma ótima leitura!

Referências

Programa Nacional de Extensão Universitária (PNEU), MEC, 1999.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária, 2012.

SANTOS, Boaventura Sousa. A Universidade no século XXI. Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MEC. Repensando as escolas de aplicação – Cadernos de Educação Básica, vol. V, 2003.